

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: A INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PARNAÍBA

Rosemary Meneses dos Santos

Graduada em pedagogia e Esp. LIBRAS e Psicopedagogia
Universidade Federal do Piauí-UFPI
rosemary-@hotmail.com

Roberto Vinício Souza da Silva

Programador; Graduando em Licenciatura Plena em Pedagogia
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
robertoviniciusphb@hotmail.com

RESUMO: A inclusão escolar é um processo que deve ser percebida, como um ato dinâmico e gradual, podendo tomar formas diversificadas dependendo das necessidades dos alunos. Este artigo traz como objetivo principal verificar as práticas pedagógicas no processo de inclusão de crianças surdas nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública municipal de Parnaíba-PI. O enfoque deste estudo está na atuação do professor, em entender como suas práxis influenciam no desenvolvimento de inclusão de aluno Surdos dentro do espaço escolar. Assim como identificar as dificuldades enfrentadas pelo docente diante do processo de educar. Segundo os aspectos verbalizados, buscou-se observar e analisar criteriosamente quais práticas podem favorecer ou não a aprendizagem de crianças com Surdez, em prol de possibilitar sua participação no processo educativo de modo eficaz. O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, realizado através de observações não participante em uma sala de aula regular, na qual pudemos conhecer o dia a dia de uma aluna surda e as práticas pedagógicas das professoras que acompanham o desenvolvimento de aprendizagem desta cidadã. O trabalho teve uma abordagem qualitativa, contou com uma análise bibliográfica, partindo de teóricos como: SKILAR (1998 e 1999); GOLDFELD (1997); QUADROS (2004), além disso, fomos a campo, aplicando um questionário com cinco questões, direcionadas a duas professoras. Ressaltamos, que os dados colhidos foram analisados de acordo com o embasamento teórico e o tema em estudo, afim de esclarecer e compreender os pós e contras da pesquisa. Como resultado de nossa pesquisa, concluímos que existem grandes divergências nas práticas exercidas por professores da educação básica quando se trata do atendimento de crianças com surdez.

Palavras – Chaves: Educação Inclusiva. Prática pedagógica. Surdez.

1 INTRODUÇÃO

O movimento da chamada educação inclusiva, que surge baseado pela Declaração de Salamanca (1994), propõe o papel da escola em assumir o compromisso de educar cada estudante concebendo a pedagogia da diversidade, ressaltando em seus artigos a participação que todos os alunos deverão estar inserido dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica, religiosa, cultura ou linguística.

Neste cenário, Quadros (2004), a educação inclusiva no Brasil, há muito tempo perpetua-se o “caráter normalizador” das instituições escolares. Comprometendo ao indivíduo com surdez seu ingressa na escola de educação básica e quando o mesmo é ingressado, ele acaba sendo submetido ao “caráter oralizador” das práticas utilizadas pelos professores, e pelos outros sujeitos que convivem no ambiente escolar. Diante do que foi citado, a pesquisa aconteceu nos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola da rede municipal pública de Parnaíba-PI.

Ao verificar esses fatores, surgiram indagações a respeito das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e as condições de métodos e estratégias de ensino os alunos surdos eram submetidos nas diversas atividades realizadas em sala; Quais práticas pedagógicas vêm sendo desenvolvidas pelos docentes da escola que atenda crianças com surdez? quais princípios caracterizam essa prática? que tipo de formação os professores que atendem crianças surdas possuem? como vêm sendo difundida a inclusão de crianças surdas nas escolas municipais de Parnaíba?

O objetivo central dessa pesquisa é verificar as práticas pedagógicas no processo de inclusão de crianças surdas nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública municipal de Parnaíba-PI. Tendo como objetivos específicos, identificar as abordagens inclusivas utilizadas na educação de alunos surdos em salas de aula regulares? analisar as propostas curriculares para que a inclusão ocorra de fato e discorrer os subsídios oferecidos aos professores e demais funcionários da escola para que a comunicação com esses cidadãos surdos aconteça.

Considerando a relevância de trabalhar o processo de inclusão de crianças surdas de forma recíproca, respeitando a diversidade humana, suas habilidades e competências, se faz



necessário rever que tipo de educação e sociedade está sendo transformada, e como veem sendo desenvolvido o ato de educar, merecendo discussões para que o processo de inclusão ocorra efetivamente no cenário atual da sociedade em especial na educação. Pois através do conhecimento e interação entre as pessoas, que realmente cada pessoa constrói seu jeito próprio de ser e é na escola que este processo pode vir acontecer.

2 A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DE UMA CRIANÇA SURDA

O desenvolvimento educacional de uma criança surda, é algo que vêm sendo debatido nos mais diversos espaços sociais, trazendo a torna realidades comprometedoras e desafiadoras quanto ao processo de educar. A escola enquanto espaço de modificar e criar situações de criticidades nas pessoas, deve sistematizar mecanismo dinâmicos que favoreça a seus discentes a aprendizagem. Imaginar o outro de um jeito próprio de se comportar, comunicar e agir, leva a cada instituição atualmente a buscar estratégias, recursos, diálogos e formação continuada que possibilitem a todos de forma igualitária o respeito a diversidade social, em especial a pessoa surda. Essa nova vertente traz a inclusão como o ponto de partida para a conquista de um país diferente e inclusivo, valorizando cada indivíduo e suas características, sem se apegar as dificuldades.

Para Dorziat (2004), as escolas inclusivas devem possibilitar um trabalho baseado na interação por meio da língua de sinais, como fonte inicial de todo trabalho de ensino fazendo uso de conteúdos científicos adaptados e coerentes com as particularidades de cada sujeito, possibilitando nas atividades a interação entre esses conteúdos e a cultura surda, afim de que essas pessoas possam ter uma participação social efetiva e não sentir-se inferiorizados diante de seus pares.

Em geral, as escolas brasileiras recebem crianças surdas que não dominam a Língua Brasileira de Sinais, sendo assim, é na escola que inicia o seu processo de aquisição e organização de conhecimentos científicos, inclusive o desenvolvimento do seu idioma; LIBRAS. Para que haja uma educação bilíngue é fundamental que, as escolas inclusivas ofereçam primeiramente educadores surdos e quando não contarem com esse profissional é que deve-se substituir por profissionais ouvintes, que sejam usuários da língua de sinais e capacitados para o ensino da

segunda língua, no caso das escolas brasileiras o português como primeira língua e a LIBRAS como segunda idioma aos ouvintes.

Neste emaranhado as instituições educacionais devem transformar seus métodos, instrumentos em prol de promover adaptações no currículo escolar, respeitando a diferença da surdez, permitindo que os surdos construam suas próprias identidades, não sendo obrigados a se identificarem com a cultura ouvinte. Skliar (2005), a importância de uma educação bilíngue para além da aquisição de duas línguas, pois ela permite que o surdo seja capaz de enfrentar a sujeição cultural e linguística imposta pelos ouvintes, o que ele chama de “ouvintismo”, ou seja, essa educação proporcionará uma mudança na visão e nas ideologias sociais de que os surdos são inferiores.

Segundo Rosa (2005), não há ninguém igual a ninguém; todos somos diferentes uns dos outros e, na maioria das vezes, não pertencentes e muito menos nos identificamos ao ideal modelo de ser humano construído pela sociedade. Esse tipo de situação, dentro do contexto educacional, em especial a escola, impede as pessoas respeitar a diversidade como ferramenta transformadora de mover o mundo, sendo repassado de gerações e gerações a percepção de uma mutação constante dos seres. Há necessidade de refletir e agir na certeza de um aprendizado essencial e interminável ao homem seja ele normal ou anormal, segundo a concepção do meio.

2.1 A CRIANÇA SURDA NO CONTEXTO ESCOLAR.

As etapas da educação de uma criança começam desde o seu nascimento e mesmo antes de adentrar em uma escola. No sistema educacional básico, inicia-se este processo na educação infantil, primeiro contato da criança com um meio diferente de agir e interagir, esta etapa é primordial para o seu desenvolvimento, pois é nela que estabelece o desenvolvimento de seus sentidos visual, espacial, tátil e auditivo, trabalhando também sua coordenação motora fina e grossa ou seja o todo de cada aprendente.

A criança surda, precisa de uma atenção ainda maior, pois necessita de estímulos diferenciados, adaptados para as suas necessidades específicas, pois, a carência desses estímulos nos seus primeiros anos de vida pode comprometer o ritmo natural do processo de evolução infantil,



aumentando ainda mais suas dificuldades de socialização, construção de vínculos afetivos, desenvolvimento cognitivo, psicomotor e linguístico.

Diante do que foi elencado, às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem e interação, observa-se que as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o desenvolvimento adequado e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. Disso advém a obrigação de elaborar propostas educacionais que atendam às reais necessidades, proporcionando o pleno desenvolvimento efetivo de suas habilidades e competências.

Como a língua tem um papel constitutivo da subjetividade, esse cruzamento é complexo e torna-se complicado se a Língua de Sinais, que realmente permite à criança significar o mundo e a si própria, for adquirida tardiamente de maneira mais ou menos descaracterizada, devido à *ausência dos interlocutores legítimos* para essa aquisição, (GÓES, 2000,p.4)

Notamos então, a necessidade de descobrir quais os valores de cada aprendente e da sociedade onde situa-se. A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se apresenta disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, precisam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. “O descaso pela escolaridade do surdo é decorrente da interpretação que foi construída a respeito da sua educação que não se situa no campo do direito, mas, da obrigação moral”. (SOARES, 2005: 10).

Incluir o surdo é muito mais do que colocá-lo em uma sala de aula no meio de todos os outros. É possibilitar o aprender, é valorizar e estimular o aprendizado de sua primeira língua, a LIBRAS, é compreender que a língua portuguesa para este aluno será a segunda língua em modalidade escrita e Incluir -los é usar o bilinguismo com recursos didáticos visuais, formação continuada de profissionais, trocas sociais e linguísticas. É desenvolver um indivíduo para que ele não se torne dependente, como muitos pensam, mas sim possuidor de características únicas, com uma forma diferente, mas com todas potencialidades a se desenvolver se assim lhe permitir mostrá-las, impulsionando um ensino escolar aos estudantes para além dos limites de seu próprio mundo, de encorajá-los a ver através da língua e da cultura de outros povos. Para Mantoan:

Ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se





abandonar um ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora. que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.(2003, p 37)

Na perspectiva de inclusão, é fundamental reconhecer o desafio de construir uma escola inclusiva e que respeite as peculiaridades de cada aluno. Em face dessas transformações, faz-se necessário uma política educacional que contemple os profissionais da educação como um todo, mudando as práticas pedagógicas e quebrando as barreiras da sala de aula, no intuito de que toda a comunidade possa estar presente nesse contexto.

3 METODOLOGIA

A metodologia optada para a realização do presente trabalho segue o caráter qualitativo, pois através desse método fomos capazes de percorrer as práticas pedagógicas realizadas na educação de surdos na escola regular, observando a eficácia e fracassos das mesmas, no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, esta pesquisa implica na investigação de conhecer as práticas utilizadas pelos professores, no processo de desenvolvimento inclusivo de crianças surdas em de sala de aula e demais espaços escolares.

Oliveira (2002, p. 47) afirma que:

(...) com os métodos, estudioso se propõe a demonstrar a verdade dos fatos e suas aplicações práticas. É uma forma de conhecimento sistemático, dos fenômenos da natureza, dos fenômenos sociais, dos fenômenos biológicos, matemáticos, físicos e químicos, para se chegar a um conjunto de conclusões verdadeiras, lógicas, exatas, demonstráveis por meio da pesquisa e dos testes.

O trabalho optou-se por uma análise bibliográfica, seguida de campo, tipo descritiva, em uma escola pública do município de Parnaíba-PI. Segundo Lakatos; Marconi, (2003) A pesquisa de campo propõe-se em observar e coletar dados, da forma natural, mesmo próximo do foco de estudo no lócus em que se deu o estudo, não há intervenção do pesquisador.

Para dar embasamento teórico a nossa pesquisa, elencamos como critérios de estudo de campo, um questionário, contendo seis (06) questões discursivas, sobre a práticas pedagógicas de duas professoras no ensino regular de 1º ao 5º ano e a inclusão de alunos surdos no processo ensino



aprendizagem. Das seis perguntas somente três foram exposta na análises. Nesse sentido, Gil (2008), corrobora definindo o questionário como uma técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, objetivando conhecer sentimentos, opiniões, conceitos, interesses, expectativas de situações vivenciadas pelos participantes. De acordo a escola e docentes, seus nomes ficaram no anonimato pelas as mesma optarem e se sentirem mais seguras em colaborar com o estudo.

4 ANALISANDO OS RESULTADOS

Nesta etapa mostramos o resultados colhidos durante os dias observados no in lócus da instituição e, os dados através do questionário realizado com as professoras que tiveram contato com alunos surdos. As colaboradoras receberam nome de Professora A e B, ambas possui formação em Pedagogia e pós graduada em Docência do ensino superior e educação infantil. Elas já atuam a mais de doze anos no ensino fundamental de 1º ao 5º ano, da rede municipal de Parnaíba. Esclarecemos que todas respostas foram colocadas em sua integridade.

O homem é um ser incompleto, necessitando está diariamente refletindo sobres seus conhecimentos, para então perceber os que está lhes faltando. Desse modo a formação continuada é um ponto relevante a todos profissionais preocupados com seu ato de transformar. Considerando à formação essencial no profissional, principalmente conhecimento sobre a educação especial, indagamos a seguinte pergunta: “No decorrer de sua formação, que tipo de contato teve com educação especial e com a LIBRAS?”

Professora A: quando recebi e tive contado pela primeira vez com uma aluna surda, solicitei à coordenação e direção da escola, que proporcionasse-me uma formação em LIBRAS, e alguma ajuda metodológica, visto que, não tive formação para Educação Especial nem na graduação, nem na pós. Os conhecimentos adquiridos em minha formação se limitou apenas 8h/aula. Além disso, o conteúdo foi muita teoria e pouca prática.

Professora B: ao adentrar na graduação, me identifiquei com a disciplina de educação especial, assim busquei desde cedo conhecimento que favorecesse uma prática diferente quando tivesse a oportunidade de atuar nesta modalidade. Em relação a LIBRAS, tenho um pouco de conhecimento, pois tenho amigos surdos e isso me motivou a aprender e comunicar com ele. Então,





sempre buscava por conta própria estágios e ou trabalhos voluntários que envolvesse essa área. Logo foram só brotando novas e ricas experiências. Nunca podemos dizer que as experiências são suficientes, a priori eu pensava ser experiente, mas ao assumir uma sala de aula tudo mudou, o que você pensa saber, muda, a convivência e o trabalho do dia a dia ajuda a termos firmeza e certeza do que realmente podemos fazer e ajudar a quem precisa.

Notamos uma grande disparidade, pois a “Professora A” em seus relatos não teve uma formação para desenvolver trabalhos voltados a necessidades educativas específicas, principalmente aos Surdos, durante sua graduação não foram disponibilizadas disciplinas específicas para educação especial e LIBRAS, assim, ao se deparar com alunos surdos em sua sala sentiu-se a necessidade de requerer à escola que disponibilizasse cursos para dar subsídios a seu trabalho, contudo, a formação oferecida não foi suficiente, deixando ainda uma lacuna quanto ao que diz respeito as práticas pedagógicas em sala de aula. Em relação a professora B, ela é bem clara que sempre buscou e busca conhecimento além da sala de aula, pois se identificava e desejava trabalhar com alunos surdos.

A formação de professores direcionada para uma concepção de inclusão, pressupõe não só o acréscimo de algumas disciplinas no currículo, mas sim uma formação direcionada para o entendimento de inclusivo, podendo assegurar uma qualidade de ensino maior. Buenos, (1999), a qualidade de um sistema educativo inclusivo deve preocupar com práticas de ensino que corrobore para o desenvolvimento de condições e manutenções de conhecimentos aos profissionais que estão saindo da academia e principalmente com os atuantes nesse processo de educar.

É necessário que a inserção de disciplinas que abordem temas como inclusão seja revista, no sentido de não se tornar algo descontextualizado. Antes disso, deve haver uma conscientização da importância da LIBRAS no ambiente acadêmico, para que, realmente o aluno obtenha conhecimentos e práticas inclusivas de forma efetiva e não só façam parte de um discurso alienado. Dorziat (2004). A partir das práticas exercidas em comum para todos os alunos, indagamos sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula no atendimento específico à criança com Surdez?

Professora A: Aula expositiva é a mais usada; a tradutora descreve toda a nossa conversa e explicações, as leituras e apresentações orais são transmitidas dos outros para o aluno e do aluno para os outros. Antecipo todo o conteúdo que será ministrado na semana para a tradutora





em LIBRAS, para que ela verifique os sinais e/ou materiais que poderá necessitar, ou até mesmo para avaliar se tem algum sentido para discente.

Professora B: na sala de aula regular são geralmente de 25 a 30 alunos, por isso o recurso mais usado é aulas expositivas, mas algumas vezes faço uso de jogos, bingos e vídeos, mas percebo que o atendimento aos aprendente surdo fica um pouco dispersos, não participando das atividades propostas. Pois estes alunos com necessidades especiais é diferenciado, exigindo atenção constante na elaboração e execução das atividade, para que estes consigam acompanhar a turma.

No relato da “Professora A” e nas observações realizadas, podemos notar a falta de interesse em repassar os conteúdos de maneira que facilite o entendimento da aluna surda, deixando em sua maioria a responsabilidade ao interprete de organizar estratégias e recurso no momento das aulas. Já, a “Professora B” em suas atividades, usa muito a oralização, e nos mementos de observações não foi percebido o uso de recursos didáticos relatados por ela e muito menos a LIBRAS. Silva (2003) aponta que, a integração no ambiente escolar tem como alvo inserir o aluno Surdo e desenvolver atividades e recursos capazes de favorecer a aprendizagem. ressaltando que não é o aluno surdo a necessidade de adaptar-se a escola, mas a instituição, quem deve adaptar-se a ele.

Perante as questões supracitadas, outro questionamento surgiu, vocês receberam por parte dos órgãos competentes; capacitações, cursos, palestras e oficinas, enquanto tiveram que trabalhar com a criança surda na escola?

Professora A: Ao trabalhar com o aluno surdo, nunca fui convidada a nenhum curso, nenhuma capacitação, oficina... sequer uma palestra. Gostaria de ter sido. Não só por achar que preciso, como professora, para estar capacitada para ter alunos especiais. Mas como pessoa que vivo num mundo cheio de diferenças. Todos nós precisamos saber LIBRAS.

Professora B: por parte da Prefeitura Municipal de Parnaíba já houve sim alguns mini cursos, mini capacitações, mini oficinas, todos muito resumidos, por parte do Estado do Piauí não teve capacitação nenhuma, mas não espero por capacitações gratuitas, o importante é querer e buscar se capacitar.

A ausência de formações na vida profissional é algum comprometedor, e nas palavras da professora A, nenhuma capacitação foi-lhe oferecida, percebemos também a falta de interesse da mesma em não querer buscar informações e metodologias diferenciadas para serem colocadas em





sua prática diária prejudicando o desenvolvimento do ensino aprendizagem. A professora B, nos esclarece que teve algumas formações direcionadas a criança surda, oferecida pela escola e secretaria da Educação do município de Parnaíba, mas todos com uma duração mínima.

Quando se trata da temática de educação especial e suas especificidades, tanto no âmbito público, como em instituições particulares. Pudemos verificar que existe uma escassez de capacitações oferecidas as profissionais que atuam na educação de surdos, mesmo que esse tipo de formação continuada deva ser oferecido obrigatoriamente pelo governo. Segundo o texto do art. 59, inciso III, os sistemas de ensino têm como encargo viabilizar e possibilitar aos aprendentes com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44).

CONCLUSÃO

Um sistema educacional que valorize o outro de acordo com suas especificidades, é indispensável que haja um preparo do ambiente escolar, família e os próprios alunos, para acolher o alunos com necessidades educacionais especiais, não só no sentido do atendimento dentro de sala de aula, mas na formação profissional de professores, intérpretes e instrutores surdos, diretores, zeladores e demais sujeitos que compõem a comunidade escolar, para auxiliarem este discente no processo de inclusão.

Durantes nossa permanência nos espaços da instituição e dentro da sala de aula, observamos às práticas dos professores e sua formação, as relações entre surdo e ouvinte, os materiais de ensino disponíveis para o acolhimento dos mesmos, ou seja, as interações e atividades que permeiam o cotidiano escolar como um todo. Além dessas questões, procuramos observar as relações entre o intérprete, o aluno surdo e as professoras, e como esse processo influencia no desenvolvimento da criança surda. Diante destas análises, constatamos um ensino com falhas, impossibilitando ao surdo seu desenvolvimento de forma significativa, impedindo-o de mostrar sua capacidade pela falta de envolvimento do professor titular, em não fazer uso do segundo idioma oficial do país e primeiro das pessoas surdas a LIBRAS, além de pouca utilização de tecnologias assistivas que pudesse facilitar a aprendizagem.



Foi nítido no dia a dia da escola que o processo de inclusão não acontece de maneira efetiva, o que acontece verdadeiramente são posturas inclusivas adotadas pelos profissionais envolvidos, em especial, de maneira mais presente vindo dos intérpretes. O que comete de fato na sala de aula regular, é que, a criança é integrada ao ambiente escolar, interagindo de maneira limitada com as professoras e os demais colegas ouvintes, porém devemos reconhecer que teve tentativas de promover a socialização dessa aluna, não fazendo distinção das atividades propostas para as outras crianças e incentivando a participação da mesma em atividades extra sala de aula, como teatro, dança e esportes.

As escolas públicas, governantes e sociedade, necessita conscientizar da importância do surdo ser considerado cidadão com inteligência suficiente para se adaptar e adquirir o que for necessário para tornar-se autônomo e participativo em todos os lugares que estiver inserido. Assim espera que o termo inclusão não se restrinja somente na matrícula, mas desenvolva instrumento que envolva o surdo nas mais diversas atividades proposta em sala de aula e extra sala, favorecendo realmente uma educação inclusiva que valorize-o com sua diferença não deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e B.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BUENO, J. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, v.5, pp. 7-25, 1999.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

DORZIAT, A. **Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** Revista do Centro de Educação, v.24, p.1-7, 2004.

_____. (2000): **“Identidade surda e currículo”**, em: Lacerda, C. B. F./Góes, M. C. R. de. (orgs.): Surdez – Processos Educativos e Subjetividade. São Paulo: Lovise, 23-29.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista.** São Paulo: Plexus Editora, 2002.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão Escolar . O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo:** Moderna. 2003.

OLIVEIRA, Vera Barros de. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L., **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROSA, Emiliana Faria. Lecionando para ouvintes: desafios de uma professora surda. Monografia apresentada na Especialização em Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: UCAM, 2005.

SKLIAR, Carlos. “Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade”. In: _____ (org.). A Surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 3. ed, 2005.

SOARES, Maria Aparecida L. A educação de surdos no Brasil. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

SILVA, A. **O aluno surdo na escola regular:** imagem e ação do professor.(2003) Disponível em: acesso em: 13 de jun. de 2016.